34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST04: Comportamento político

Entre o Localismo e Universalismo: a Geografia Social dos Votos e a Questão Metropolitana (alguns resultados preliminares)

Nelson Rojas de Carvalho (UFRRJ)
Filipe Souza Corrêa (IPPUR/UFRJ)
Bianca Ghiggino (IPPUR/UFRJ)

Caxambú
2010

Entre o Localismo e Universalismo: a Geografia Social dos Votos e a Questão Metropolitana (alguns resultados preliminares)

Nelson Rojas de Carvalho[1]
Filipe Souza Corrêa[2]
Bianca Ghiggino[3]

Introdução

A principal motivação deste artigo reside no paradoxo que se observa, de um lado, entre a centralidade do lugar ocupado pela metrópole na dinâmica urbana do País, e, de outro, na ausência de um sistema de governança nos aglomerados urbanos metropolitanos que atenda aos requerimentos de eficiência e eficácia das políticas públicas necessárias para a gestão dos problemas comuns aos municípios. A questão metropolitana e, em particular, a construção de um arcabouço institucional de governança metropolitana tem-se inserido naquela categoria de temas que são sistematicamente excluídos da agenda pública. Se, para muitos, o viés dos sistemas políticos se manifesta muito mais sobre o que não se decide do que sobre o que é decidido, ou seja, sobre aqueles temas que de forma perene e sistemática são excluídos da agenda pública, a análise política deveria se ocupar em decifrar, tanto do ponto de vista macro-estrutural, quanto do ponto de vista da interação estratégica de atores individuais, a rationale subjacente a esses processos de "não-decisão". No nosso caso, a não politização do tema metropolitano e da governança metropolitana é um exemplo característico de agenda que se vê impossibilitada ou obstaculizada pelos atores políticos de se inserir na agenda pública.

Neste trabalho, discutimos e problematizamos duas ilações caras à tradição de nossa sociologia política. A primeira refere-se à suposição segundo a qual nosso sistema proporcional, aliado à progressiva modernização do País, a um só tempo diluiria a

[1] Professor Adjunto de Ciência Política do Instituto Multidisciplinar do Departamento de História e Economia da UFRRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles – INCT/CNPq/FAPERJ.

[2] Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisador assistente do Observatório das Metrópoles – INCT/CNPq/FAPERJ.

[3] Mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora assistente do Observatório das Metrópoles – INCT/CNPq/FAPERJ.

representação de natureza localista e paroquial, própria dos coronéis, e daria espaço crescente à representação das áreas urbanas, espaços onde prevaleceria a representação de natureza ideológica e universalista. O segundo suposto diz respeito à qualificação, sem adjetivos, do espaço urbano como terreno uniforme, um mercado eleitoral homogêneo, competitivo e ideológico, em razão da dispersão dos recursos de poder que se processaria nesses espaços (Dahl,1971). No presente artigo relativizamos ambos os supostos derivados da nossa tradição sociológica: a) demonstramos que, na operacionalização do nosso sistema eleitoral, as áreas urbanas, com especial foco nas áreas metropolitanas, se vêem na prática subrepresentadas no Legislativo; b) mostramos que o mercado político, nas áreas metropolitanas, longe da uniformidade pretendida pela tradição sociológica, apresenta expressiva variação no que se refere a padrões de competitividade – variação parcialmente associada a fatores de natureza socioeconômica.

O presente artigo está divido em duas seções. Na primeira seção, agregamos a discussão sobre a clivagem rural-urbano à disjuntiva espaço metropolitano versus espaço não metropolitano, verificando-a e quantificando dentro do âmbito da Câmara dos Deputados e Legislativos Estaduais a dimensão da sub-representação das regiões metropolitanas. Na segunda seção, avaliamos, a partir de microdados, o comportamento do mercado político metropolitano no que se refere a gradientes diversos de competitividade, com foco no Rio de Janeiro. Nota-se, ao contrário do que previa a sociologia eleitoral, variação importante na dimensão de concentração e dispersão eleitoral ao longo do território metropolitano - a variação em parte correlacionada com atributos socioeconômicos no interior das áreas analisadas.

1 - A dinâmica da representação das urbanas e metropolitanas: da disjuntiva capital/interior à polarização metropolitana.

Um dos tópicos mais controversos no debate sobre as mazelas e virtudes de nosso sistema eleitoral tem-se referido precisamente ao peso efetivo de representação consignado às áreas urbanas, de um lado, em especial às capitais, áreas onde estaria situado o voto "avançado", de extração ideológica, e às áreas do interior, de outro, áreas comumente associadas ao voto "atrasado", cativo, de clientela. Na literatura sobre o tema, quando não se encontram prescrições e fórmulas claramente voltadas a

maximizarem o peso eleitoral das zonas urbanas, observa-se pelo menos a defesa de uma justa correspondência entre o número de representantes oriundos dessas zonas e o número de eleitores ali situados.

Nessa linha, cabe destacar o estudo pioneiro de Soares (1973), onde a dicotomia entre "capital" e "interior" é apresentada como oposição entre "urbano" e "rural" – contraste entre duas realidades que conformariam culturas políticas distintas, e comportamentos eleitorais diferenciados. Nas capitais, prevaleceriam valores políticos e sociais universalistas, em oposição a valores de natureza particularista identificados no interior. Se a clivagem capital-interior, urbano-rural daria lugar a duas culturas políticas antagônicas, refletir-se-ia também em configurações político-eleitorais de cortes diferenciados nas duas áreas. Nas palavras de Soares, "uma nítida clivagem urbano-rural surgiu logo após a redemocratização do país, a qual teve início com a queda da ditadura de Vargas. Na maioria das capitais do País, o Partido Comunista Brasileiro teve uma presença eleitoral marcante, mas no interior ele recebeu uma proporção bem reduzida do total de votos "(p. 185). Na mesma direção, verificava-se à época forte correlação negativa (-, 080) entre o perfil espacial da votação do que o autor denomina de partidos oligárquicos – o PSD e a UDN – e as taxas de urbanização.

Motivados, assim, por preocupação de ordem normativa e com forte inspiração nos trabalhos pioneiros da nossa sociologia política, diversos foram os estudos eleitorais que procuraram investigar em que medida, na operacionalização de nosso sistema proporcional, as áreas urbanas estariam representadas de forma justa nas instâncias legislativas, segundo a máxima one man, one vote. Nessa linha, deve-se destacar a investigação pioneira de Aydos (1979) sobre o Rio Grande do Sul, onde o autor verificou a sub-representação da capital gaúcha e da região metropolitana do estado na Câmara dos Deputados; para Aydos, o efeito de sub-representação decorreria do fato de as capitais funcionarem como "colchas de retalho" de representantes com reduto no interior.

Em investigações subseqüentes, Carvalho (2003, 2006, 2009) testou a hipótese de Aydos para o conjunto do País. Constatou, com base em eleições diversas, que o diagnóstico da sub-representação de Porto Alegre na Câmara dos Deputados era mais abrangente; estendia-se de forma sistemática para o conjunto das capitais brasileiras. Nas palavras de Carvalho (2009), "Assumindo-se que o Deputado de capital é aquele que

tem ali sua principal base eleitoral, ou em termos numéricos, que obtém pelo menos 50% de seus votos na capital, encontramos, nas legislaturas de 1995-99, 1999-2002 e 2006-2010 16%, 16% e 13% de deputados que cumpriam esse requisito e se enquadravam, portanto, na definição. Ora, se as capitais abrigam 23% do eleitorado do País, houve um déficit que variou entre 7% a 10% de representantes dessas áreas no Congresso Nacional - déficit que perfaz uma bancada de algo em torno de 35 deputados a 43 deputados. Como afirmamos, esses exemplos sem nenhuma dúvida confirmaram, em âmbito nacional, a linha de argumentação de Aydos sobre a sub-representação das capitais (pp-374-375)".

Essas mesmas investigações demonstraram que a penalização das capitais estaria longe de se traduzir em maior benefício do interior urbanizado; estas áreas também se veriam penalizadas no que diz respeito à representação, em benefício dos grotões. "Selecionando-se o universo das cem maiores cidades do país (excluídas as capitais), cidades que no conjunto abrigam 19% do eleitorado brasileiro, verifica-se que também essas áreas se vêem sub-representadas na Câmara Federal. Em três legislaturas-1994, 1998 e 2006, o interior urbanizado em média enviou à Câmara Federal não mais do que 8% do total dos deputados eleitos. Tal como observado no que se refere às capitais dos estados, a sub-representação das áreas mais urbanizadas do interior não parece, assim, constituir evento aleatório de uma única eleição; a semelhança dos dados referentes às três eleições para a Câmara Federal por nós analisadas – quando em média 60% das cem maiores cidades do país não tiveram sequer um único representante eleito - , sugere que estamos diante de um padrão perene e não de um evento aleatório" (op.cit, p.377). A assertiva de Aydos deve, portanto, ser requalificada: a imagem da "colcha de retalhos" não espelha somente a realidade das capitais dos estados, mas igualmente das zonas capitais e do interior industrializado, que, juntos, teriam enviado à Câmara, nas eleições de 2006, uma bancada adicional de algo em torno de 90 congressistas, caso o princípio "um homem, um voto" fosse seguido na delimitação de nossos distritos eleitorais.

As metrópoles e a dinâmica da representação

Se o foco na representação das capitais e das cidades mais urbanizadas traz uma preocupação subjacente – o espaço real ocupado por representantes com orientações universalistas e a capacidade do sistema político de prover bens públicos – avançamos neste artigo ao investigarmos outro recorte espacial – as áreas metropolitanas – com uma pergunta de natureza distinta: o espaço consignado a representantes metropolitanos nas esferas legislativas e, como conseqüência, o lugar ocupado por temáticas metropolitanas na agenda política.

Cabe aqui, antes de mais nada, salientar que o novo recorte espacial proposto – o recorte metropolitano – se justifica pela nova dinâmica que marca o processo de urbanização no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970. Se na década de 1960, o país já havia se tornado predominante urbano, a partir da década de 1970 a dinâmica urbana passa a se manifestar como um processo de metropolização – processo que tem sua face mais visível nos grandes aglomerados urbanos que se constituem a partir daquela década. Sensível a essa nova face que o processo de urbanização assume, em 1973 se implementam por lei complementar nove regiões metropolitanas, número que, de lá para cá, chega a 26 Regiões Metropolitanas oficialmente reconhecidas, a despeito da diversidade de porte e funções no sistema urbano brasileiro de cada um destes aglomerados urbanos[i].

Lado a lado com a escalada do processo de metropolização, verifica-se ora o agravamento, ora a introdução novos problemas de natureza sócio-econômica que têm por lócus de origem e de fomento os grandes aglomerados metropolitanos: o aumento da criminalidade violenta, a elevação do número de indivíduos moradores em favelas[ii] ou em outras formas precárias de moradia, a ampliação das atividades informais, o aumento da segmentação sócio-espacial, a distribuição desigual e precária dos equipamentos urbanos, o déficit de infra-estrutura, são alguns dos desafios de política pública que, para muitos analistas, estariam a demandar um novo bem público: um sistema de governança metropolitana capaz de equacionar desafios novos, que são de natureza metropolitana. Se um sistema de governança metropolitana parece decisivo, sobretudo, como forma de superação de dilemas de cooperação, como caminho de provisão de novos bens públicos, cabe mencionar igualmente que a institucionalização de formas de representação das metrópoles estaria a responder o que alguns estudos preliminares vêem identificando como formação de uma nova identidade de caráter metropolitano. Estudos recentes sobre cultura política (Cabral & Silva, 2007; Cabral, 2009; Azevedo, Santos Júnior & Ribeiro,

2009) têm chamado atenção para o que se convencionou chamar de "efeito metrópole", ou seja, o impacto diferenciado da vida metropolitana na cultura política dos cidadãos.

Como já afirmamos, partimos da hipótese que o sucesso de uma agenda de natureza metropolitana está relacionado ao sistema de representação: legisladores com base de votação metropolitana se veriam diante de incentivos de pautarem sua conduta legislativa com vistas àquela agenda. Nesse sentido, cabe mapear a dimensão e outras propriedades do que podemos chamar de bancada metropolitana.

Em trabalho anterior, Carvalho (2009) verificou também o fenômeno de sub-representação política das regiões metropolitanas na Câmara dos Deputados. Tendo por referência as 13 regiões metropolitanas identificadas nos estudos do Observatório das Metrópoles - as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Goiânia, Curitiba, Belém, Belo Horizonte, Salvador, Florianópolis, e Campinas -, regiões que abrigam 33% do eleitorado do País, verifica-se que, ao longo das quatro últimas eleições, houve em média um déficit de 9% de deputados que deixaram de ser recrutados nestas áreas – ou seja, uma bancada de 45 deputados deixa de ser recrutada das referidas Regiões Metropolitanas. Ao lado disso, a quase totalidade do que chamamos de bancada metropolitana – deputados com mais de 50% de sua votação na RM – tem a sua votação concentrada em um único município – em geral, a capital do estado. Num primeiro exame, o sistema proporcional em sua operacionalização, estaria assim a produzir desincentivos de duas ordens no que diz respeito à tematização de uma agenda metropolitana: a) pela sub-representação dessas regiões na Câmara dos Deputados e b) pela extração de deputados com perfil de votação concentrado em um único município, em geral, a capital do estado, o que estaria a configurar uma modalidade de paroquialismo metropolitano.

Na tabelas 1, 2 e 3, apresentamos, com base nas eleições de 2006, um quadro sintético da distribuição do número de representantes nos Legislativos Estaduais e Câmara dos Deputados segundo três origens possíveis do ponto vista geográfico: capital, região metropolitana e interior. Da origem geográfica dos representantes vis-à-vis o peso dos eleitores por área, destacamos as seguintes observações: a) tanto nas assembléias legislativas como na Câmara dos Deputados, as áreas metropolitanas (capital + região metropolitana) se acham sub-representadas em relação ao peso do seu eleitorado – com a exceção das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Vitória; b) a sub-representação da regiões metropolitanas se mostra sensivelmente mais severa no plano da Câmara dos

Deputados do que nas Assembléias Legislativas – há naquela instância situações extremas em que as RMs não elegem sequer um único representante, como se passa nos entornos metropolitanos de Salvador, Goiânia, Belém e Natal; c) embora sub-representada, a bancada metropolitana dos legislativos estaduais aparece com maior densidade numérica do que aquela do legislativo federal para viabilizar a temática metropolitana (muito embora, a natureza mais ou menos localista da votação desses representantes no espaço da metrópole, tema aqui não pesquisado, constitua estrutura de incentivo chave para a inserção da temática metropolitana na agenda pública) .

Tabela I
Síntese da Representação Legislativa por áreas Geográficas

		Percentual do Eleitorado	Total de Bancada Deputados Estaduais	Percentual da Bancada Deputados Estaduais	Total de Bancada Deputados Federais	Percentual da Bancada
Salvador	Capital	18,2	6	9,5	4	10,3
	Região Metropolitana	5,0	2	3,2	0	0,0
	Interior	76,8	55	87,3	35	89,7
		100,0	63	100,0	39	100
Fortaleza	Capital	26,5	11	23,9	5	22,7
	Região Metropolitana	10,8	5	10,9	1	4,5
	Interior	62,6	30	65,2	16	72,7
		100,0	46	100,0	22	100
Vitória	Capital	11,1	3	10,0	1	10,0
	Região Metropolitana	34,0	13	43,3	5	50,0
	Interior	54,9	14	46,7	4	40,0
		100,0	30	100,0	10	100
Goiânia	Capital	22,0	10	24,4	4	23,5
	Região Metropolitana	11,1	3	7,3	0	0,0
	Interior	66,9	28	68,3	13	76,5
		100,0	41	100,0	17	100
Belo Horizonte	Capital	12,8	7	9,1	6	11,3
	Região Metropolitana	13,2	10	13,0	4	7,5
	Interior	74,0	60	77,9	43	81,1
		100,0	77	100,0	53	100
Belém	Capital	22,3	8	19,5	1	5,9
	Região Metropolitana	7,1	2	4,9	0	0,0
	Interior	70,5	31	75,6	16	94,1
		100,0	41	100,0	17	100
Curitiba	Capital	17,5	8	14,8	4	13,3
	Região Metropolitana	12,1	5	9,3	2	6,7
	Interior	70,4	41	75,9	24	80,0
		100,0	54	100,0	30	100
Rio de	Capital	41,6	28	40,0	24	52,2

Janeiro	Região Metropolitana	31,1	22	31,4	12	26,1
	Interior	27,3	20	28,6	10	21,7
		100,0	70	100,0	46	100
Natal	Capital	23,2	4	16,7	2	25,0
	Região Metropolitana	12,9	1	4,2	0	0,0
	Interior	63,8	19	79,2	6	75,0
		100,0	24	100,0	8	100
Porto Alegre	Capital	13,1	8	14,5	4	12,9
	Região Metropolitana	22,4	10	18,2	9	29,0
	Interior	64,5	37	67,3	18	58,1
		100,0	55	100,0	31	100
Florianópolis	Capital	6,9	0	0,0	0	0,0
	Região Metropolitana	8,8	3	7,5	1	6,3
	Interior	84,3	37	92,5	15	93,8
		100,0	40	100,0	16	100
São Paulo	Capital	28,4	31	33,0	26	37,1
	Região Metropolitana	19,6	18	19,1	7	10,0
	Interior	52,0	45	47,9	37	52,9
		100,0	94	100,0	70	100

TABELA II – Dinâmica de representação das áreas metropolitanas nas Assembléias Legislativas - 2006

		Total do Eleitorado	Percentual do Eleitorado	Total de Votos Efetivados	Percentual de Votos Efetivados	Total de Bancada	Percentual da Bancada
Salvador	Capital	1.657.559	18,2	348.286	11,5	6	9,5
	Região Metropolitana	454.301	5,0	128.655	4,3	2	3,2
	Interior	6.997.493	76,8	2.541.075	84,2	55	87,3
		9.109.353	100,0	3.018.016	100,0	63	100,0
Fortaleza	Capital	1.421.936	26,5	475.408	23,1	11	23,9
	Região Metropolitana	581.095	10,8	232.688	11,3	5	10,9
	Interior	3.358.550	62,6	1.347.209	65,5	30	65,2
		5.361.581	100,0	2.055.305	100,0	46	100,0
Vitória	Capital	258.441	11,1	90.635	12,8	3	10,0
	Região Metropolitana	794.434	34,0	226.662	32,1	13	43,3
	Interior	1.283.258	54,9	388.051	55,0	14	46,7
		2.336.133	100,0	705.348	100,0	30	100,0
Goiânia	Capital	819.655	22,0	230.656	22,0	10	24,4
	Região Metropolitana	415.226	11,1	142.663	13,6	3	7,3
	Interior	2.499.304	66,9	674.894	64,4	28	68,3
		3.734.185	100,0	1.048.213	100,0	41	100,0
Belo Horizonte	Capital	1.742.843	12,8	505.858	10,4	7	9,1
	Região Metropolitana	1.795.678	13,2	679.057	13,9	10	13,0
	Interior	10.076.163	74,0	3.697.148	75,7	60	77,9
		13.614.684	100,0	4.882.063	100,0	77	100,0
Belém	Capital	927.758	22,3	277.666	20,5	8	19,5
	Região Metropolitana	296.883	7,1	122.272	9,0	2	4,9
	Interior	2.933.094	70,5	957.455	70,5	31	75,6
		4.157.735	100,0	1.357.393	100,0	41	100,0
Curitiba	Capital	1.217.263	17,5	323.427	12,0	8	14,8
	Região Metropolitana	838.272	12,1	298.707	11,1	5	9,3
	Interior	4.894.256	70,4	2.077.954	77,0	41	75,9
		6.949.791	100,0	2.700.088	100,0	54	100,0

Rio de Janeiro	Capital	4.534.940	41,6	1.439.469	39,5	28	40,0
	Região Metropolitana	3.385.517	31,1	1.234.151	33,9	22	31,4
	Interior	2.970.836	27,3	967.831	26,6	20	28,6
		10.891.293	100,0	3.641.451	100,0	70	100,0
Natal	Capital	488.322	23,2	192.120	36,5	4	16,7
	Região Metropolitana	271.299	12,9	177.015	33,6	1	4,2
	Interior	1.341.523	63,8	157.319	29,9	19	79,2
		2.101.144	100,0	526.454	100,0	24	100,0
Porto Alegre	Capital	1.019.126	13,1	343.315	13,2	8	14,5
	Região Metropolitana	1.735.112	22,4	530.339	20,5	10	18,2
	Interior	4.996.345	64,5	1.717.675	66,3	37	67,3
		7.750.583	100,0	2.591.329	100,0	55	100,0
Florianópolis	Capital	288.746	6,9	83.906	5,2	0	0,0
	Região Metropolitana	365.672	8,8	130.496	8,0	3	7,5
	Interior	3.514.077	84,3	1.406.785	86,8	37	92,5
		4.168.495	100,0	1.621.187	100,0	40	100,0
São Paulo	Capital	7.953.144	28,4	2.197.337	26,5	31	33,0
	Região Metropolitana	5.496.083	19,6	1.594.656	19,3	18	19,1
	Interior	14.588.507	52,0	4.488.955	54,2	45	47,9
		28.037.734	100,0	8.280.948	100,0	94	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

TABELA III – Dinâmica de representação das áreas metropolitanas na Câmara dos Deputados - 2006

		Total do Eleitorado	Percentual do Eleitorado	Total de Votos Efetivados	Percentual de Votos Efetivados	Total de Bancada	Percentual da Bancada
Salvador	Capital	1.657.559	18,2	757.848	17,1	4	10,3
	Região Metropolitana	454.301	5,0	222.773	5,0	0	0,0
	Interior	6.997.493	76,8	3.444.748	77,8	35	89,7
		9.109.353	100	4.425.369	100	39	100
Fortaleza	Capital	1.421.936	26,5	697.160	24,5	5	22,7
	Região Metropolitana	581.095	10,8	330.814	11,6	1	4,5
	Interior	3.358.550	62,6	1.814.204	63,8	16	72,7
		5.361.581	100	2.842.178	100	22	100
Vitória	Capital	258.441	11,1	83.514	10,3	1	10,0
	Região Metropolitana	794.434	34,0	315.955	39,1	5	50,0
	Interior	1.283.258	54,9	409.621	50,6	4	40,0
		2.336.133	100	809.090	100	10	100
Goiânia	Capital	819.655	22,0	347.492	21,4	4	23,5
	Região Metropolitana	415.226	11,1	158.836	9,8	0	0,0
	Interior	2.499.304	66,9	1.117.377	68,8	13	76,5
		3.734.185	100	1.623.705	100	17	100
Belo Horizonte	Capital	1.742.843	12,8	546.711	10,0	6	11,3
	Região Metropolitana	1.795.678	13,2	725.960	13,2	4	7,5
	Interior	10.076.163	74,0	4.213.073	76,8	43	81,1
		13.614.684	100	5.485.744	100	53	100
Belém	Capital	927.758	22,3	387.275	19,9	1	5,9
	Região Metropolitana	296.883	7,1	137.932	7,1	0	0,0
	Interior	2.933.094	70,5	1.423.036	73,0	16	94,1
		4.157.735	100	1.948.243	100	17	100
Curitiba	Capital	1.217.263	17,5	506.385	15,2	4	13,3

	Região Metropolitana	838.272	12,1	400.659	12,0	2	6,7
	Interior	4.894.256	70,4	2.424.137	72,8	24	80,0
		6.949.791	100	3.331.181	100	30	100
Rio de Janeiro	Capital	4.534.940	41,6	1.778.340	41,1	24	52,2
	Região Metropolitana	3.385.517	31,1	1.424.652	32,9	12	26,1
	Interior	2.970.836	27,3	1.124.977	26,0	10	21,7
		10.891.293	100	4.327.969	100	46	100
Natal	Capital	488.322	23,2	190.188	16,8	2	25,0
	Região Metropolitana	271.299	12,9	190.188	16,8	0	0,0
	Interior	1.341.523	63,8	755.003	66,5	6	75,0
		2.101.144	100	1.135.379	100	8	100
Porto Alegre	Capital	1.019.126	13,1	500.035	14,4	4	12,9
	Região Metropolitana	1.735.112	22,4	876.049	25,2	9	29,0
	Interior	4.996.345	64,5	2.104.396	60,5	18	58,1
		7.750.583	100	3.480.480	100	31	100
Florianópolis	Capital	288.746	6,9	108.370	6,4	0	0,0
	Região Metropolitana	365.672	8,8	166.581	9,8	1	6,3
	Interior	3.514.077	84,3	1.425.110	83,8	15	93,8
		4.168.495	100	1.700.061	100	16	100
São Paulo	Capital	7.953.144	28,4	3.302.121	30,4	26	37,1
	Região Metropolitana	5.496.083	19,6	2.071.003	19,1	7	10,0
	Interior	14.588.507	52,0	5.481.476	50,5	37	52,9
		28.037.734	100	10.854.600	100	70	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

2 - A dinâmica do mercado político metropolitano: graus de competitividade em eleições para deputado federal e estadual.

Se os estudos fundadores da nossa sociologia política tinham por hipótese, equivocada como acabamos de verificar, que o sistema proporcional, conjugado ao processo de modernização do País, se traduziria na representação crescente das áreas urbanas, um segundo suposto desses mesmos estudos é aqui relativizado: a idéia segundo a qual as zonas modernas, ou seja, aquelas marcadas pelo processo de urbanização, constituir-se-iam em mercados políticos uniformes, marcados por traços de maior abertura e competitividade, e, por isso, terreno da política ideológica. Uma análise espacial mais fina do padrão de competição no mercado político metropolitano revela, ao contrário, importante variação no comportamento desse mercado, com áreas mais competitivas e áreas mais controladas.

Partindo de micro-dados eleitorais, consideramos os 2858 locais de votação[iii] da região da metropolitana do Rio de Janeiro com as unidades políticas primária de análise. Com o objetivo de verificar o padrão de competitividade nessas unidas primárias,

calculamos o "número efetivo de candidatos" para cada um dos locais de votação da RMRJ – tanto para as eleições de deputados estaduais, como de deputados federais. Estimamos com esse índice o grau de competitividade em cada local de votação da RMRJ (Carvalho, 2003).[4] De maneira a facilitar a exposição dos valores alcançados pelo índice, estes foram agrupados em quatro faixas[5] cujo resultado é apresentado na Tabela 3.

TABELA 3 – Análise de cluster do número de candidatos a deputado estadual por local de votação na RMRJ - 2006

Cluster	Locais	Mínimo (N)	Máximo (N)	Média (N)
1	1160	1,8	15,5	8,3
2	776	15,6	32,8	23,7
3	545	32,9	51,5	41,5
4	377	51,5	89,4	60,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral

A partir desses grupos criamos quatro faixas de concentração/dispersão do mercado eleitoral nos locais de votação, cuja tabela de freqüências é apresentada abaixo na tabela 4

TABELA 4 – Distribuição dos locais de votação e dos aptos a votar segundo o grau de concentração/dispersão do mercado eleitoral para os candidatos a deputado estadual - 2006

	Nº de Locais de Votação	Percentual de Locais de Votação	Nº de Eleitores Aptos	Percentual de Eleitores Aptos
Concentração Alta	1.160	40,6	3.263.450	39,5
Concentração Média	776	27,2	2.302.532	27,8
Dispersão Média	545	19,1	1.621.456	19,6
Dispersão Alta	377	13,2	1.083.240	13,1
Total	2.858	100	8.270.678	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

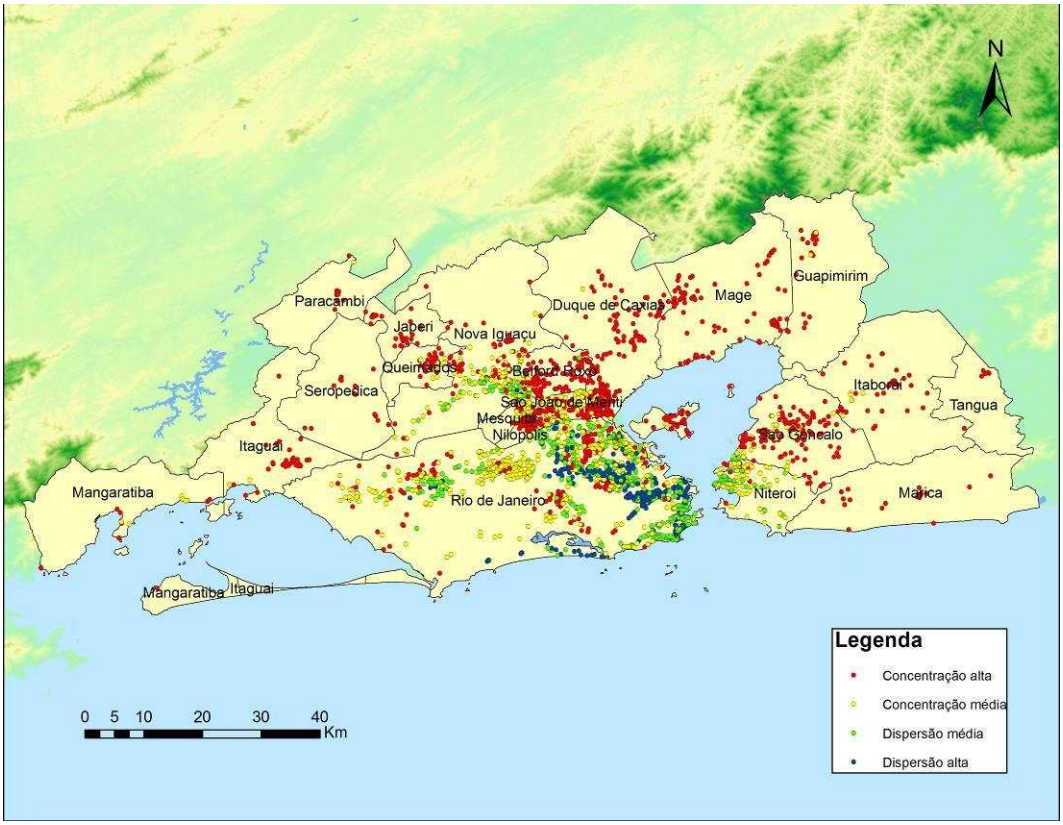
Com base nos resultados da tabela 4, o observa-se que a maioria dos locais de votação se situa nas duas faixas de concentração (67,8%), com um número de candidatos efetivo máximo de 23,7. Vale notar, ao lado disso, que 67,3% eleitores da RMRJ aptos a

[4] O indicador é calculado de acordo com a seguinte fórmula: $N_{candidatos} = \frac{1}{\sum p_i^2}$, onde p é a proporção no local do votos obtidos pelo candidato i.

[5] Para a criação das faixas do grau de competição por votos nos locais de votação utilizamos um procedimento de análise de cluster denominado de k-means. Esse procedimento agrupa os resultados de uma determinada variável de acordo com as distâncias entre o valor considerado e as médias ótimas que separam os grupos (em quantidade predefinida) de acordo com a sua homogeneidade intra-grupos e heterogeneidade intergrupos.

votarem estão alocados em locais de votação considerados como mercados concentrados. E o resultado da distribuição espacial deste índice na RMRJ é apresentado no Mapa 1.

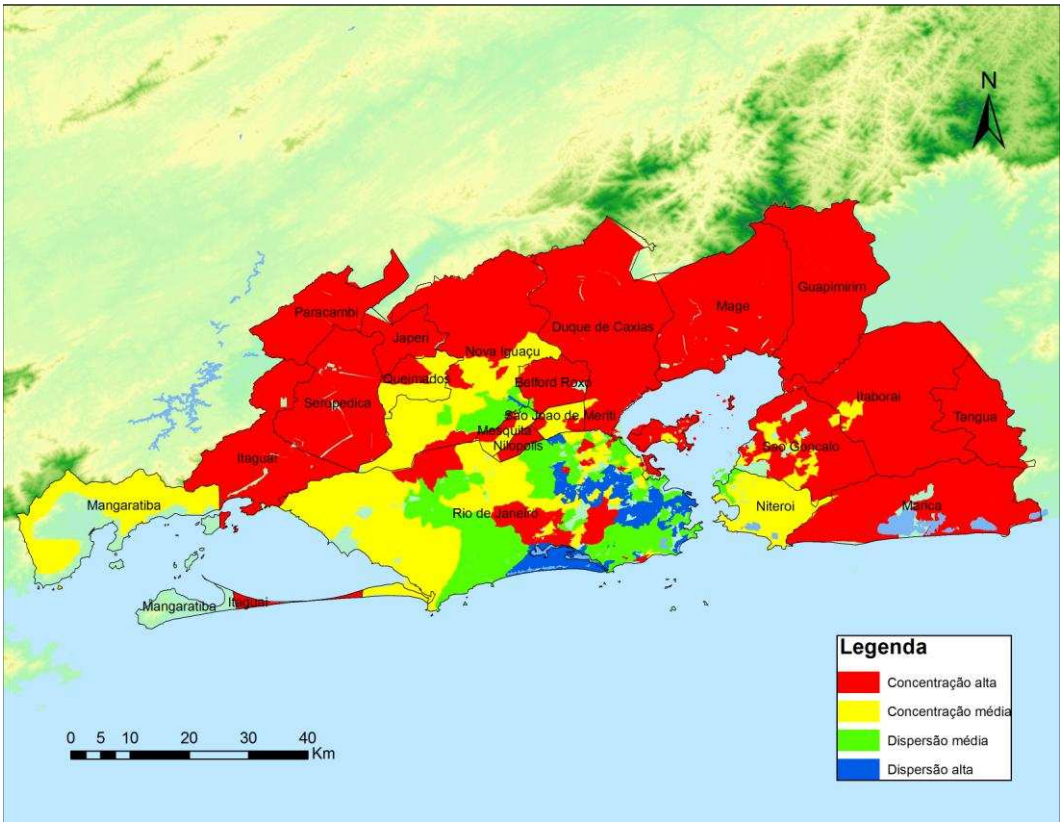
MAPA 1 – Locais de votação na RMRJ segundo o grau de concentração dos votos para deputado estadual – 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

A partir desta distribuição territorial do grau de concentração/dispersão do mercado eleitoral nos locais de votação é possível passarmos à etapa da classificação das áreas internas da RMRJ. Como base em tabela de contingência que apresenta o numero de locais de votação em cada uma das quatro categorias para cada "áreas de ponderação" do Censo Demográfico, realizamos uma análise de correspondência binária a fim de reduzir a distribuição dos dados para duas dimensões. As cargas fatoriais produzidas nesta etapa inicial servem de intput para uma análise de classificação hierárquica ascendente das áreas de ponderação. Essa classificação teve como resultado quatro tipos de áreas sendo a variância intragrupos de 38% e uma variância intergrupos de 62%. O resultado da distribuição espacial da tipologia do mercado eleitoral tendo como base as áreas de ponderação da RMRJ pode ser visto no Mapa 2.

MAPA 2 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo a caracterização do mercado eleitoral para deputado estadual – 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Com base no mapa anterior pode-se perceber que há uma importante variação no comportamento do mercado político na RMRJ quando consideramos os candidatos a deputado estadual no pleito de 2006. E o que chama atenção neste resultado é o fato de as áreas marcadas pela dinâmica de concentração do mercado político corresponderem em grande medida à periferia da RMRJ, enquanto as áreas classificadas na faixa de dispersão alta se vêem circunscritas apenas ao município pólo da região metropolitana.

Verificamos a seguir funcionamento, a partir dos mesmos parâmetros, a dinâmica do mercado político metropolitano, com foco na eleição para deputado federal. Seguindo os procedimentos anteriormente utilizados para o caso dos deputados estaduais, tomamos como referencia o universo dos candidatos que concorrem a deputado federal no pleito de 2006. A partir destes dados construímos índice do "número de candidatos efetivos" para cada um dos locais de votação da RMRJ, cuja agregação por faixas de concentração/ dispersão seguiu o procedimento de agrupamento denominado de k-means, cujo resultado é apresentado na tabela 5.

TABELA 5 – Análise de cluster do número de candidatos a deputado federal por local de votação na RMRJ - 2006

Cluster	Locais	Mínimo (N)	Máximo (N)	Média (N)
1	866	2,2	12,1	8,0
2	851	12,1	24,3	17,4
3	667	24,3	38,2	31,3
4	459	38,2	61,5	44,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

A partir desses grupos construímos as quatro faixas de concentração e de dispersão, alocando nessas categorias os locais de votação, cuja distribuição de freqüências e de total do eleitorado é apresentada na tabela 6.

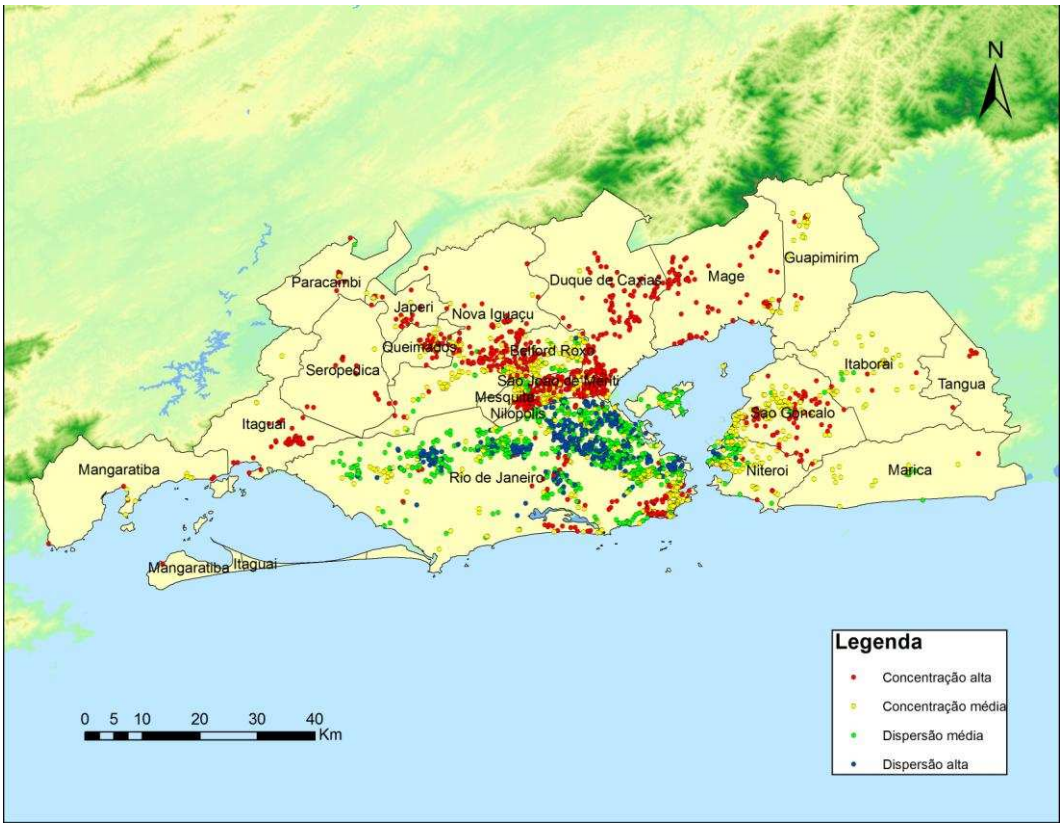
TABELA 6 – Distribuição dos locais de votação segundo o grau de concentração/dispersão do mercado eleitoral para os candidatos a deputado federal – 2006

	Nº de Locais de Votação	Percentual de Locais de Votação	Nº de Eleitores Aptos	Percentual de Eleitores Aptos
Concentração Alta	866	30,5	2.218.062	27,0
Concentração Média	851	29,9	2.324.580	28,3
Dispersão Média	667	23,5	2.212.170	26,9
Dispersão Alta	459	16,1	1.453.958	17,7
Total	2.843	100	8.208.770	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Com base nesses resultados, verificamos que a maioria (60,4%) dos locais de votação se situa em mercados com dinâmica concentrada, com número de candidatos efetivo máximo de 24,3. Vale, ainda, ressaltar que 55,3% do eleitorado da região metropolitana está alocado em locais de votação que foram caracterizados como mercados concentrados. A distribuição espacial do grau de concentração/dispersão do mercado eleitoral nos locais de votação para candidatos a deputado federal é apresentada no Mapa 3.

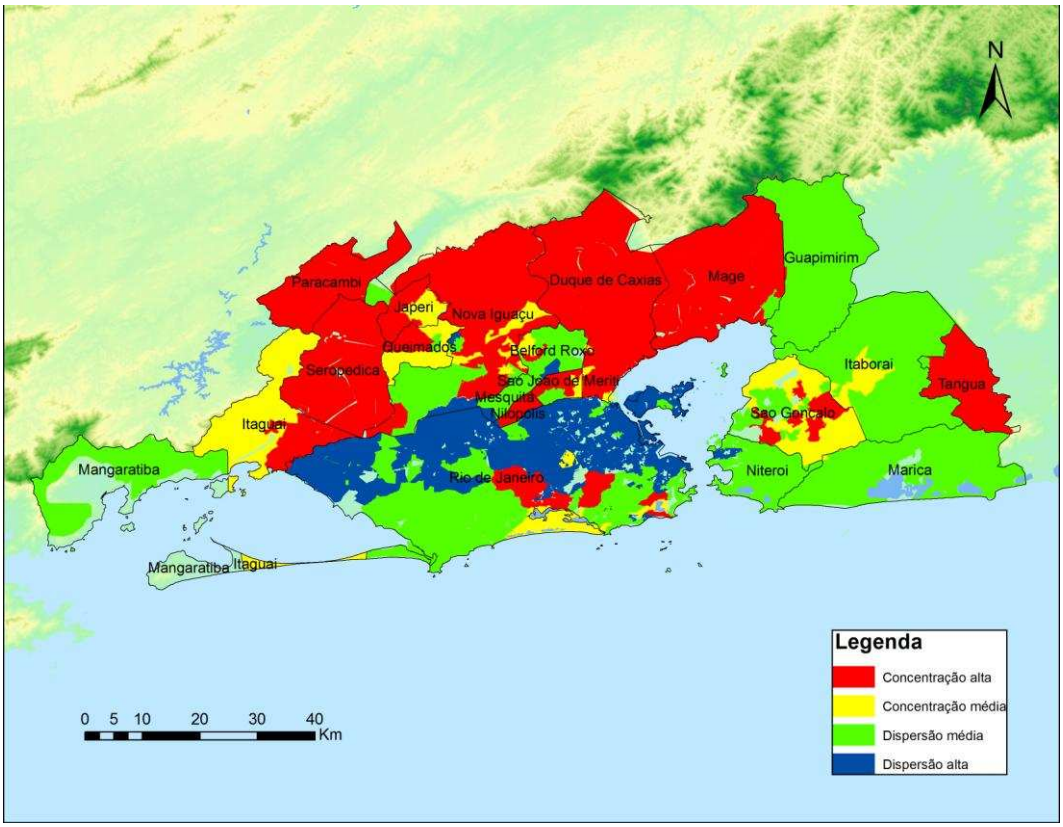
MAPA 3 – Locais de votação na RMRJ segundo o grau de concentração dos votos para deputado federal – 2006



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral.

A partir desta distribuição territorial do índice do número efetivo de candidatos, passamos à etapa da classificação das áreas internas da RMRJ. Para isso, construímos, com a mesma metodologia empregada na análise da votação dos deputados estaduais, uma tabela de contingência que apresenta o numero de locais de votação em cada uma das quatro categorias para cada "áreas de ponderação" do Censo Demográfico[iv]. O resultado espacializado da tipologia do mercado eleitoral para candidatos a deputado federal pode ser visto no Mapa 4, que mostra também haver uma desigualdade na distribuição da competição por votos na RMRJ, conforme já havíamos mostrado antes para deputados estaduais. Percebe-se, no entanto, um aumento das áreas situadas nas faixas de dispersão alta e média e uma diferenciação na caracterização de algumas áreas. Percebemos, apesar disto, que a maioria das áreas que apresentam mercado altamente concentrado está localizada na periferia da RMRJ, enquanto as áreas classificadas nas faixas de dispersão alta estão circunscritas aos limites do município do Rio de Janeiro.

MAPA 4 - Áreas de ponderação da RMRJ segundo a caracterização do mercado eleitoral para deputado estadual – 2006



A análise da dinâmica do mercado político na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tanto em se tratando de eleições para o legislativo estadual, como para a Câmara dos Deputados, está longe, assim, de apresentar a uniformidade pretendida pela sociologia política em seus estudos pioneiros. Tão importante quanto essa descoberta a partir da análise dos micro-dados, é constatar que a dinâmica desse mercado, no que se refere aos locais de votação e ao número de eleitores, é marcada por um grau concentrado de competição – verificação que, de novo, contraria alguns dos supostos implícitos da nossa sociologia eleitoral.

2.1 . A Dinâmica do mercado político e os determinantes sócio-econômicos da competição.

Se o mercado político da periferia metropolitana e o do município pólo apresentam dinâmicas distintas no que se refere à dinâmica da competição, uma dinâmica menos competitiva no primeiro caso, e mais competitiva, no último, é de supor que fatores de natureza sócio-ocupacional possam estar associados a essa variação.

Correlacionando em seguida três variáveis – padrão sócio-ocupacional, renda e escolaridade – com as dimensões de concentração e dispersão da competição, verificamos, ao menos parcialmente, a presença de correlação entre essas variáveis e indicadores de concentração e dispersão do mercado político – os locais de votação concentrados estariam associados a segmentos populacionais com nível mais baixo de renda e escolaridade, alocados em posições inferiores na estrutura ocupacional.

De acordo com a composição da variável sócio-cupacional segundo a caracterização do mercado eleitoral na RMRJ (2000) no âmbito da votação de deputado estadual (tabela 1.1), observa-se que, de modo geral, as maiores porcentagens de locais de votação marcados pela dinâmica da concentração - alta (60,5%) e média (36,5%) -, estão localizados na categoria popular, enquanto as maiores porcentagens de locais com dinâmica de dispersão - alta (50,5%) e média (59,1%) -, estão no grupo ocupacional médio, seguido pelo grupo superior, respectivamente (23,7 % e 36%). Já no âmbito da votação de deputado federal (tabela 1.2), constata-se o mesmo padrão anterior: maiores taxas de porcentagem de concentração centradas no grupo ocupacional popular (57,1% e 55,1%, respectivamente). No entanto, em relação às faixas de dispersão, há um acréscimo notável nos locais de dispersão alta entre o grupo ocupacional médio (de 59,1% passa para 70,3%), enquanto o grupo superior passa a apresentar índices na faixa de concentração alta (5,5%), e com incremento na faixa de concentração média (passa de 6,6% para 21,8%).

TABELA 1.1 - Composição da caracterização do mercado eleitoral para votação de deputação estadual segundo a tipologia socioocupacional na RMRJ - 2000

	Superior	Médio	Operário	Popular	Total
Concentração Alta	0	21,2	18,3	60,5	100
Concentração Média	6,6	34,0	22,8	36,5	100
Dispersão Média	23,7	50,5	19,0	6,8	100
Dispersão Alta	36,0	59,1	0	4,9	100
Total	12,0	36,6	17,2	34,2	100

TABELA 1.2 - Composição da caracterização do mercado eleitoral para votação de deputação federal segundo a tipologia socioocupacional na RMRJ - 2000

	Superior	Médio	Operário	Popular	Total
Concentração Alta	5,5	12,5	24,9	57,1	100
Concentração Média	21,8	6,2	16,9	55,1	100
Dispersão Média	27,0	20,4	14,3	38,3	100
Dispersão Alta	1,8	70,3	15,0	13,0	100
Total	12,0	36,6	17,2	34,2	100

No que se refere à variável renda e a sua distribuição dentro do mercado eleitoral na RMRJ (2000) em se tratando da votação de deputado estadual (tabela 2.1) e federal (tabela 2.2), observa-se que de modo geral, as freqüências mais elevadas se encontram entre os locais de votação com concentração alta e média: nesses locais estão os maiores percentuais daqueles com faixa de renda de até 1 salário mínimo (43,2% e 35%, respectivamente, no caso da votação para deputado estadual, e 42,9% e 38%, respectivamente, no caso da votação para deputado federal), e com faixa de renda entre 1 salário mínimo até 3 salários mínimos (41,1% e 40,6%, respectivamente, no caso da votação para deputado estadual, e 40% e 33,4%, respectivamente, no caso da votação para deputado federal). Se nas áreas de dispersão se nota o mesmo padrão, as porcentagens mais elevadas se situam nas faixas de renda de até 1 salário mínimo e entre 1 salário mínimo até 3 salários mínimos, vale salientar, no entanto, que as freqüências nesse caso são percentualmente menos expressivas das observadas nos mercados concentrados.

TABELA 2.1 - Composição da caracterização do mercado eleitoral para votação de deputação estadual segundo as faixas de renda familiar na RMRJ - 2000

	até 1 sm	mais de 1 a 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 a 10 sm	mais de 10 sm	Total
Concentração Alta	43,2	41,1	9,4	4,9	1,4	100
Concentração Média	35,0	40,6	11,7	8,5	4,2	100
Dispersão Média	21,9	36,3	15,1	13,9	12,8	100
Dispersão Alta	12,3	28,6	18,3	22,3	18,5	100
Total	31,9	38,2	12,5	10,4	7,0	100

TABELA 2.2 - Composição da caracterização do mercado eleitoral segundo as faixas de renda familiar na RMRJ - 2000

	até 1 sm	mais de 1 a 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 a 10 sm	mais de 10 sm	Total
Concentração Alta	42,9	40,0	8,5	4,9	3,7	100
Concentração Média	38,0	33,4	8,3	7,8	12,5	100
Dispersão Média	30,7	34,3	11,5	12,4	11,0	100
Dispersão Alta	25,0	41,2	16,6	12,5	4,6	100
Total	31,9	38,2	12,5	10,4	7,0	100

Prosseguindo a análise a partir da variável renda, vale examinar a sua distribuição, em faixas, no interior das quatro faixas de competição – concentração e dispersão – que

construímos. Assim, no caso da votação para deputado estadual (tabela 3.1) observa-se uma relação negativa entre faixa de renda e grau de concentração do mercado político – se entre aqueles situados na primeira faixa de renda, 45% se localizam em áreas concentrada de votação, na última faixa de renda, aqueles que recebem mais de 10 salários mínimos, esse percentual desloca-se para 6,7%. Já no caso da votação para deputado federal (tabela 3.2), verifica-se a mesma relação negativa, embora com menor intensidade: enquanto entre aqueles situados na primeira faixa de renda, 31% se localizam em áreas de votação altamente concentrada, na última faixa de renda, esse percentual cai para 12.3%

TABELA 3.1 - Composição das faixas de renda familiar segundo a caracterização do mercado eleitoral na votação de deputação estadual na RMRJ – 2000

	até 1 sm	mais de 1 a 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 a 10 sm	mais de 10 sm	Total
Concentração Alta	45,2	35,9	24,9	15,9	6,7	33,4
Concentração Média	36,2	35,2	30,9	26,9	19,9	33,0
Dispersão Média	12,8	17,8	22,6	25,2	34,0	18,7
Dispersão Alta	5,7	11,1	21,7	32,0	39,3	14,9
Total	100	100	100	100	100	100

TABELA 3.2 - Composição das faixas de renda familiar segundo a caracterização do mercado eleitoral na votação de deputação federal na RMRJ – 2000

	até 1 sm	mais de 1 a 3 sm	mais de 3 a 5 sm	mais de 5 a 10 sm	mais de 10 sm	Total
Concentração Alta	31,0	24,2	15,7	10,8	12,3	23,1
Concentração Média	9,1	6,7	5,1	5,8	13,7	7,6
Dispersão Média	30,0	27,9	28,6	37,3	48,7	31,1
Dispersão Alta	29,9	41,2	50,6	46,1	25,3	38,2
Total	100	100	100	100	100	100

Por fim, cabe a correlacionarmos a variação do mercado eleitoral na RMRJ (2000) de acordo com o fator escolaridade. Nota-se que, no âmbito da competição para deputado estadual (tabela 4.1), as faixas de concentração alta diminuem de acordo com o incremento dos anos escolares, assim como o inverso ocorre com as faixas de dispersão alta. O mesmo comportamento ocorre no âmbito da votação de deputado federal (tabela 4.2): muito embora as faixas de concentração alta e média diminuam de acordo com o incremento dos anos escolares, não se observa o efeito simétrico nas faixas de dispersão, que mostram distribuição menos linear.

TABELA 4.1 - Composição da caracterização do mercado eleitoral para votação de deputação estadual segundo as faixas de escolaridade na RMRJ - 2000

	de 0 a 4 anos	de 5 a 8 anos	de 9 a 11 anos	mais de 12 anos	Total
Concentração Alta	36,7	31,9	25,1	5,8	100
Concentração Média	30,4	29,1	29,2	10,8	100
Dispersão Média	22,9	23,3	31,8	21,5	100
Dispersão Alta	18,4	17,8	31,9	31,5	100
Total	29,3	27,2	28,7	14,3	100

TABELA 4.2 - Composição da caracterização do mercado eleitoral para votação de deputação federal segundo as faixas de escolaridade na RMRJ - 2000

	de 0 a 4 anos	de 5 a 8 anos	de 9 a 11 anos	mais de 12 anos	Total
Concentração Alta	35,7	31,7	24,6	7,5	100
Concentração Média	32,1	27,5	23,6	16,3	100
Dispersão Média	27,9	25,8	27,3	18,6	100
Dispersão Alta	26,0	25,7	33,4	14,4	100
Total	29,3	27,2	28,7	14,3	100

Por fim, cabe mostrar a composição das faixas de escolaridade dentro de cada tipo faixa de concentração e dispersão do mercado político na RMRJ. Se no caso da competição para o legislativo estadual, observa-se relação negativa entre anos de escolaridade e concentração (se 75,8% daqueles situados na primeira faixa de escolaridade se acham em mercados concentrados, esse percentual cai para 38,9% entre aqueles situados na última faixa de escolaridade). No caso da competição para a Câmara dos Deputados, essa relação deixa de se verificar, o que pode sugerir a presença de outras variáveis – institucionais, culturais – bloqueando o efeito de fatores socioeconômicos sobre o comportamento político.

TABELA 5.1 - Composição das faixas de escolaridade segundo a caracterização do mercado eleitoral na votação de deputação estadual na RMRJ - 2000

	de 0 a 4 anos	de 5 a 8 anos	de 9 a 11 anos	mais de 12 anos	Total
Concentração Alta	41,7	38,9	29,1	13,6	33,3
Concentração Média	34,3	35,3	33,6	25,1	33,0
Dispersão Média	14,6	16,0	20,7	28,3	18,7
Dispersão Alta	9,4	9,8	16,6	33,0	15,0
Total	100	100	100	100	100

TABELA 5.2 - Composição das faixas de escolaridade segundo a caracterização do mercado eleitoral na votação de deputação federal na RMRJ - 2000

	de 0 a 4 anos	de 5 a 8 anos	de 9 a 11 anos	mais de 12 anos	Total
Concentração Alta	28,1	26,8	19,7	12,1	23,0
Concentração Média	8,4	7,7	6,3	8,7	7,6
Dispersão Média	29,5	29,4	29,5	40,5	31,0
Dispersão Alta	34,0	36,1	44,6	38,7	38,3
Total	100	100	100	100	100

Com base na caracterização do mercado eleitoral para os dois cargos legislativos considerados, guardadas as especificidades de cada caso, podemos perceber que as áreas da periferia da RMRJ seriam mais sujeitas a um padrão localista de competição, ou seja, competição baseada em poucos competidores, do que o município pólo da região metropolitana, onde a competição por votos é mais acirrada, entretanto em menor medida para o caso dos candidatos a deputado estadual do que para os candidatos a deputado federal, já que o número de áreas internas ao município do Rio de Janeiro classificadas como de mercado concentrado é maior no primeiro caso do que no segundo.

Conclusões

Com o artigo apresentado, que tem por motivação de fundo relacionar as perspectivas da construção de uma governança metropolitana a propriedades do nosso sistema representativo, apontamos para um conjunto de conclusões que qualificam e revisam um conjunto de supostos oriundos da nossa tradição sociológica. Verificamos que o sistema proporcional em sua operacionalização sub-representa também as áreas metropolitanas tanto no âmbito dos legislativos estaduais como na esfera da Câmara dos Deputados – embora de forma menos severa no primeiro caso. É necessário avançarmos tanto na geografia do voto do que chamamos de bancada metropolitana, buscando identificar a presença – e em que grau – de um fenômeno até então não contemplado pela literatura especializada: um paroquialismo de base metropolitana, ou seja, representantes, embora com perfil metropolitano, com votação concentrada em um único município ou em localidades ainda mais reduzidas em escopo geográfico.

O mapeamento preliminar do mercado político, a partir dos locais de votação, constitui passo preliminar com vistas à construção de uma taxonomia dos representantes

metropolitanos. Demonstramos, na contramão dos supostos da sociologia eleitoral dos anos 1950, que o espaço urbano, agora metropolitano, está longe de abrigar um mercado político de característica uniforme, competitivo, favorecedor de representantes com orientações universalistas. Se nas franjas metropolitanas, identificamos um mercado político pouco competitivo, é de esperar que ali venhamos identificar representantes de natureza paroquial.

Ao lado de uma geografia mais refinada da representação egressa do entorno metropolitano, é necessário verificar em que medida essa bancada, em sua atividade legislativa, introduz na agenda política temas de natureza metropolitana. O artigo ora apresentado se traz novas descobertas, propõe ao mesmo tempo uma nova agenda de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. "Mudanças e Permanências na Cultura Política das Metrópoles Brasileiras". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, 2009, pp. 691-733.

AYDOS, Eduardo Dutra. O voto distrital e o aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil. Porto Alegre, 1979. (Mimeo)

CABRAL, Manuel Villaverde. "Efeito Metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa". In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez, 2009, pp. 319-346.

_____; SILVA, Filipe Carreira da. "Ciudad y Ciudadanía en Portugal. El 'Efecto-Metrópolis' sobre el Ejercicio de la Ciudadanía Política". In: T. N. Clark e C. J. Navarro (eds.), La Nueva Cultura Política: Tendencias Globales y Casos Iberoamericanos. Madrid: Miño y Dávila, 2007, pp. 331-334.

CARVALHO, Nelson Rojas. E no início eram as bases – Geografa política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. "Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil". In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, jul/dez, 2009, pp. 367-384.

DAHL, R. Polyarchy – participation and opposition. Yale University Press, New Haven, 1971.

GARSON, S. "Regiões Metropolitanas – diversidade e dificuldade fiscal da cooperação". In: Cadernos Metrópoles, São Paulo, v.11, n.22, pp. 435-451, jul/dez 2009.

SOARES, Gláucio Ari Dilon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Difel, 1973.

LAMOUNIER, Bolívar. "A representação proporcional no Brasil: mapeamento de um debate". In: Revista de Cultura e Política. São Paulo, n. 7, 1982.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Carlos Estevam. "A reforma do sistema eleitoral". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 1983, pp. 141-153.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. "Metrópoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2007.

_____ ; MOURA, Rosa ; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa ; DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley Vanice. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Série Conjuntura Urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2009.

_____ ; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. "As grandes cidades e a questão social brasileira: reflexões sobre o Estado de exceção nas metrópoles brasileiras". In: Inclusão, colaboração e governança urbana: perspectivas brasileiras. Organizadores: Erika de Castro, Maciej John Wojciechowski. Vancouver: The University of British Columbia; Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.

[i] A partir da Constituição federal de 1988, os critérios para a definição de regiões metropolitanas mudaram e a competência para sua institucionalização passa a ser dos estados, cuja principal exigência era que fossem constituídas por um agrupamento de municípios limítrofes (Constituição Federal, § 3º do Art. 25). O efeito imediato desta mudança de competência foi a proliferação de novas regiões metropolitanas ou a inserção de municípios dentro das regiões já existentes, cujo critério se baseou na esperança dos estados de obterem retornos de políticos locais o que resultou em regiões metropolitanas compostas por municípios com características bastante distintas quanto aos seus aspectos econômicos, sociais e de capacidade fiscal (Garson, 2009).

[ii] Segundo Castro (2010), 90% dos domicílios localizados em favelas e assentamentos precários se concentram nas 26 áreas metropolitanas brasileiras.

[iii] tomando-se como referência o universo dos candidatos a deputado estadual e federal no pleito de 2006, um primeiro passo para essa caracterização do mercado eleitoral é a geocodificação dos locais de votação na RMRJ. A partir dos endereços de locais de votação fornecidos pelo TRE-RJ, atribuímos as coordenadas geográficas a esses endereços. Como as bases cartográficas em algumas áreas dos municípios da RMRJ são incompletas, ou estão desatualizadas, ou são de qualidade precária (arruamento recente), e os endereços em alguns casos estão imprecisos ou com erro, nem todos os endereços puderam ser geocodificados desta forma. Quando assim ocorria, optou-se em procurar o ponto de votação pelo local de referência informado pelo TRE (o equipamento urbano utilizado pelo TRE para realizar a votação, que em sua grande maioria, é uma escola) que em geral apresentou grande índice de sucesso. Por estas razões é possível que a precisão espacial do geocodificação possa variar: quando não foi encontrado o endereço exato por rua e número, é possível que o equipamento tenha sido localizado pela rua, CEP ou bairro

[iv] Com base nesta tabela fazemos uma análise de correspondência binária a fim de reduzir a distribuição dos dados para duas dimensões. Posteriormente realizamos uma análise de classificação hierárquica ascendente cuja classificação teve como resultado quatro tipos de áreas sendo a variância intragrupos de 11,2% e uma variância intergrupos de 88,8%.